

MOVIMENTO  
DE APOIO A ELEIÇÃO DE  
**Maria de Lourdes  
Pintasilgo**

R. João das Regras, 151  
4000 PORTO  
Telef. 26933

Intervenção de

Dr. Alberto Martins

Fundação Cuidar o Futuro

1/12/85



1

Não é difícil concluir <sup>que vimos</sup> num tempo e num lugar de recomeço.

Recomeço que tem a ver com o adeus às velhas ilusões de um crescimento quantitativo em que a ciência e a técnica seriam os geradores naturais de um estágio superior da Humanidade.

Recomeço que tem a ver também, entre nós, com o senho português que em 25 de Abril se rasgou e que se tem vindo a perder na incapacidade em dar corpo a uma outra solidariedade entre as pessoas.

Porque não se geraram novas harmonias na vida em sociedade, Abril como que se perdeu, confinado às regras formais da Democracia e aos direitos e liberdades públicas, sem ter respondido a uma crescente degradação económica e social.

A política tem-se feito sobretudo poder, a economia crescimento unilateral, enquanto a dimensão humana se perde atrás de todos os interesses que a não erigem como a razão última e primeira do viver em sociedade.

Fundação Cuidar o Futuro

Ao nível das instituições políticas - e as mudanças da sociedade têm se articular com as mudanças do funcionamento do sistema político - também se tem que reconhecer, como a Eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo o tem afirmado de modo veemente, que a Constituição da República e o regime que ela define está, ainda, em parte por realizar e cumprir.

E as instituições públicas estão longe de uma credibilidade, eficácia e representatividade que só o novo modo de agir e a participação dos cidadãos pode dar.

Ora, é hoje inquestionável que uma sociedade mais equânime e mais humana exige um sistema de maior participação política.

O momento da vida nacional que atravessamos é, assim, particularmente complexo e constitui uma encruzilhada de vários caminhos, de onde se podem visionar horizontes diversos. Tudo parece ~~ser~~ <sup>querer</sup> encontrar novas qualidades numa recomposição que perpassa pelo funcionamento do regime democrático, pela organização do sistema político de governo, pelas deslocações e reajustamentos partidários, pelo emergir de novas elites dirigentes e, naturalmente, por um novo sentido a dar ao desenvolvimento.



A eleição do presidente da República insere-se, pois, num novo curso da nossa história colectiva: caudal onde afluem os rios da mudança e os escolhos pedregosos de um passado em erosão.

A eleição do Presidente da República poderá ser, neste contexto, o começo de um novo tempo e um novo sinal para o futuro a construir.

Como o tem dito a Eng<sup>a</sup> Mariáx de Lurdes Pintasilgo, esse futuro carece de um projecto nacional, projecto de ~~xxx~~ grandes realizações imediatas e praticáveis, mas sobretudo de um grande "élan" nacional em que as pessoas se reconheçam na construção e num viver colectivo de que são partes, de corpo inteiro. Isso só é possível se entre representantes e representados houver a identificação que só se alcança pela participação consciente e pela adopção de projectos e rumos claros consonantes com o sentir da colectividade.

Só um Presidente da República claramente independente pode simbolizar este reencontro de Portugal, dentro de si próprio, sem perder as luzes de outros lugares que ~~se~~ nos repartem.

Só um Presidente da República independente será capaz de harmonizar as diferenças e estimular os passos de consenso, e, recriar equilíbrios entre os partidos, os parceiros sociais e os cidadãos em geral.

Só um Presidente da República símbolo e portador de um projecto de mudança se poderá furtar à lógica dos pequenos conflitos de poder, das pequenas querelas ou guerras de interesse em que não raro os nossos políticos se cabriolam à revelia dos próprios interesses nacionais.

Um Presidente da República independente só o é, se, desde logo na génese da sua candidatura e dos seus propósitos de intervenção, se revelar distanciado das malhas partidárias, dos jogos de interesses e de bastidores ou de influências exteriores ou externas que lhe tolham o comportamento.

Não se é independente partidariamente quando se despiu a casaca, ou o smoking partidário, no dia anterior.

Não se é independente quando se é o representante orgânico de determinado partido.

Não se é independente quando se abandona um velho partido para o destruir, agarrando a espada, à paisana, de um neófito partidário, mais ou menos acolitado.

Não se é independente quando as candidaturas não se apresentam por si próprias no valor intrínseco ou pessoal dos candidatos. Mas antes, surgem sem luz própria, na sequência de novos meteoros da vida política, e conscientes do papel de duplo a que, tristemente, estão confinadas.

Não se é independente, não se serve a dignidade do Estado, do regime e da função presidencial quando, em razão de apoios eleitorais, se traficam poderes e competências que o Presidente da República deve usar em consciência e no momento próprio.

Dir-se-á, em suma, não é independente quem quer, mas quem pode.





A Eng<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pintasilgo quer, pode, é a única candidatura verdadeiramente independente.

A Eng<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pintasilgo quer, pode e é a única candidatura que simboliza um projecto nacional/capaz de buscar, como ela nos diz, " a máxima convergência possível", capaz de superar o sentido por vezes equívoco e ambíguo da definição clássica esquerda-direita. É em vez dessa distinção, a polaridade que Maria de Lurdes Pintasilgo nos propõe situa-se na compreensão de uma nova complexidade/em que os valores estruturantes são os de participação ; da inovação viável, da modernidade, da plenitude cultural, social e económica da democracia.

Por isso ao reequacionar os novos tempos, à luz de novos valores, poderemos compreender que a derrota do candidato mais conservador e autoritário que se apresenta ao sufrágio pode não significar a derrota da Direita (no sentido tradicional).

Dir-se-ia, usando, por facilidade, uma linguagem tradicional que a derrota da Direita é do seu candidato, só é real se dela emergir um presidente a República que corresponda a um novo projecto de funcionamento do sistema e que se não limite ao funcionamento jurista e abstrato-formal do regime. Porque neste caso estaríamos apenas no terreno dos ~~seus~~ rearranjos partidários e de uma continuidade degenerativa do sistema político.

A vitória sobre o representante dos valores mais retrógrados e arcaicos da sociedade portuguesa tem que ser construída e projectar-se numa candidatura capaz ~~de atrair~~, desde logo, de um grande apoio social mas, também, com a capacidade de atrair na segunda volta todos os sectores da sociedade que aspiram à mudança e à defesa do regime democrático.

Ora, essa candidatura é da Eng<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pintasilgo, a única candidatura cuja vitória não significa a derrota de nenhum partido, ou sequer a sua destruição

Maria de Lurdes Pintasilgo cuja inserção e apoio atravessa transversalmente o eleitorado é a candidatura capaz de uma convergência harmónica/de promover a ~~estabilidade~~ estabilidade ~~estável~~ e a evolução natural do sistema partidário,

Sendo uma candidatura independente, Maria de Lurdes Pintasilgo considera os partidos como instrumentos decisivos do sistema democrático, mas sem que este se esgote neles. <sup>É</sup> Consolidará, por certo, um diálogo em que os partidos possam realizar a plenitude das suas vocações. diálogo este que não constitui nenhum expediente de carácter eleitoral de última hora, mas representa, de forma assumida, a vertente de um projecto de participação.

Maria de Lurdes Pintasilgo garante o acompanhamento solidário dos projectos de governo, acompanhando <sup>os de acordo com as</sup> ~~suas~~ competências próprias, e assumindo a chefia do Est do numa lógica interveniente mas de solidariedade institucional.

4

Do mesmo modo que o Governo não esgota as funções do Estado, o Presidente como seu chefe, não tendo que intervir em domínios específicos, tem o dever e a necessidade de acompanhar as grandes questões da vida nacional. Só assim, e não se vê que possa ser de outro modo, estará em condições de apreciar de modo atento e eficaz "o regular funcionamento das instituições democráticas".

Neste modo de agir não há qualquer excesso de poderes mas, sim, uma mais exigente corresponsabilização nas tarefas que interessam a todos nós.

Só desta forma, e porque acompanha o sentir e adimensão dos problemas reais, o Presidente da República será um interveniente activo na vida colectiva. Evitando perdas de tempo e eficácia, e promovendo, na medida das suas competências, a busca das soluções mais adequadas.

Só assim se poderá em definitivo encontrar um novo sentido para a prática política. Buscando competência, sentido da responsabilidade e, sobretudo, acabando com essa pecha enorme da nossa vida pública: a utopia retórica do pensamento jurídico-formal. Basta de oralidade de palavras vazias, que nada significam e que enredam o entendimento e a sensibilidade da nossa gente.

A sociedade portuguesa não podem interessar, por isso, soluções em que a chefia do Estado seja entregue a qualquer herdeiro do 28 de Maio ou, sequer, aos jogos palacianos estreitos de qualquer filho da Primeira República do início do século.

Estamos noutra tempo, noutra vontade, em que corream a ser já muito visíveis os jogos de sombras e de poderes que se espelham na nossa vida pública.

O Povo Português terá claridade.

É a Hora.

*Alvaro Sá Pereira*

